



PARTE A

**EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL
(AMPLA PARTICIPAÇÃO)**

LICITAÇÃO N.º 004/CPL/2021
PROCESSO N.º 4345/2020
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
TIPO: MENOR PREÇO
ORIGEM DOS RECURSOS: DIVERSOS (POR SECRETARIA)
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00.00.00
PROGRAMA DE TRABALHO: DIVERSOS (POR SECRETARIA)

ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA: R\$ 987.047,52 (NOVECIENTOS E OITENTA E SETE MIL, QUARENTA E SETE REAIS E CINQUENTA E DOIS CENTAVOS).

ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ O DIA 07 DE MAIO DE 2021 ÀS 09h .

REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: DIA 07 DE MAIO DE 2021 ÀS 09 h

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO, PARA MANUTENÇÃO DOS APARELHOS DE AR CONDICIONADO E DEMAIS APARELHOS DE REFRIGERAÇÃO, ATENDENDO AS NECESSIDADES E DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PARACAMBI, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO 7 parte integrante deste Edital.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada a Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, email: cplpmpparacambi@gmail.com **síto eletrônico :** www.prefeituramunicipaldeparacambi.rj.gov.br e através do telefone (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103, mediante entrega de 02 Resmas de papel A4 e apresentação do carimbo com CNPJ.

SECRETARIA REQUISITANTE: DIVERSAS SECRETARIAS.

VALIDADE DO CONTRATO: 12 (Doze) meses a partir da data de assinatura do contrato.

O presente Edital está dividido nas partes A, B e Anexos abaixo descritos:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Minuta de Contrato
Anexo 7	-	Termo de Referência

Depto. de Licitações e Contratos



PARTE B

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

A Prefeitura Municipal de Paracambi, por intermédio da Pregoeira **VANIA ABBES DE ALMEIDA** e equipe de apoio designados pelas Portarias nºs 134/2021 de 23 de fevereiro de 2021 torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando a licitação nº **004/CPL/2021**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, julgamento **MENOR PREÇO**, de conformidade com as disposições da Lei Federal nº 10.520 de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº 4.481/2017, Decreto Municipal nº 5.267/2021 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 1993 bem como as condições a seguir estabelecidas:

1 - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1.1 – Os envelopes contendo a proposta e documentação serão recebidos na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, na sala da CPL até o dia **07 DE MAIO DE 2021 ÀS 09h**. A sessão pública será realizada nasala de reuniões da CPL em **07 DE MAIO DE 2021 ÀS 09 h**, horário de Brasília – DF.

1.2 - Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas no dia e hora marcados no item 1.1.

1.3 - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independente de comunicação pelo Pregoeiro.

1.4 – **SECRETARIA REQUISITANTE: DIVERSAS SECRETARIAS.**

1.5 - O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados a Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro, Paracambi – RJ, na sala da CPL, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, através do telefone (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103 ou e-mail: cplppmpparacambi@gmail.com, mediante entrega de 02 Resmas de papel A4 e apresentação do carimbo com CNPJ.

2- DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO, PARA MANUTENÇÃO DOS APARELHOS DE AR CONDICIONADO E DEMAIS APARELHOS DE REFRIGERAÇÃO, ATENDENDO AS NECESSIDADES E DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PARACAMBI, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO 7 parte integrante deste Edital.**

3- PARTICIPAÇÃO

3.1 – Poderão participar desta licitação microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual, nos termos do Art. 48, I da Lei Complementar nº 123/2006, desde que atendam as condições estabelecidas na referida lei e a todas as exigências constante deste Edital e seus Anexos.

3.2 - A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

3.3 - Será admitida a participação de empresas que se encontrem em regime de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação, desde que demonstrem viabilidade econômica, atendam aos demais requisitos de habilitação e que tenham plano de recuperação homologado pelo juízo;

3.4 - Vedada a participação de pessoas jurídicas punidas com as sanções prescritas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, seja qual for o Órgão ou Entidade que tenha aplicado a reprimenda e as que estejam sob repreenda em qualquer esfera da Administração Pública do Município de Paracambi em conformidade com Súmula nº6 do TCE_RJ.



3.5 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham em seu quadro servidor público do Município de Paracambi pertencente ao órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

3.6 – Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º, da Lei Federal nº 8.666/93.

3.7 – Não será permitida a participação de empresas que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

3.8 – Não será admitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

3.9 - Não será permitida a participação de sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.

4 - CREDENCIAMENTO

4.1 - Para manifestar-se nas fases do procedimento licitatório, o representante único da empresa participante, deverá identificar-se com cédula de identidade e documentação apropriada, observando o que segue:

a) Quando o se tratar de titular, diretor ou sócio gerente da empresa, será exigida a apresentação de documento devidamente autenticado, comprobatório de sua capacidade para representá-la. Essa comprovação deverá ser feita mediante a apresentação dos Atos Constitutivos, Estatuto ou Contrato Social, e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no Registro Público competente, acompanhado da ata de Assembleia, indicando os atuais responsáveis pela Administração, salvo se já constarem no Contrato Social apresentado.

b) Quando se tratar de representante designado pela empresa, será exigida procuração ou carta de credenciamento (Anexo 4), fora de qualquer envelope, dirigida o Pregoeiro, em original ou cópia autenticada com dados de identificação do representante, juntamente com Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no Registro Público competente, acompanhado da ata da Assembleia, indicando os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no Contrato Social apresentado devendo constar, expressamente, poderes para participar de todos os atos do procedimento licitatório, inclusive para formular ofertas e lances de preços, bem como para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.

4.1.1 - A não apresentação da documentação de credenciamento, impedirá a manifestação, em nome da licitante durante a abertura e o processamento da licitação, ressaltando-se que não acarreta o afastamento da licitação, mas tão somente impede a oferta de lances verbais e a apresentação de recursos em face das decisões do Pregoeiro.

4.1.2 – Estará impedido que um mesmo agente represente mais de um licitante na sessão pública de lances.

4.2 - Deverá ser apresentado pelo licitante juntamente com o credenciamento, e fora de qualquer envelope a Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (anexo 2), inclusive para as empresas que encaminharem a documentação e proposta por via postal.

4.2.1 – O Pregoeiro abrirá oportunidade para os licitantes que não apresentarem a declaração mencionada no item 4.2 de manifestarem verbalmente em atendimento às exigências editalícias, o que ficará registrado na ata da sessão.

4.3 – A Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, além de apresentação da Declaração que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, para fins de habilitação, deverá apresentar declaração conforme **Anexo 5** declarando que é beneficiária da Lei Complementar nº 123 de 2006, e que estão excluídas das vedações impostas no § 4º, do art. 3º desse dispositivo legal, sendo esta declaração não impeditiva da participação da licitante, apenas deixará de gozar do benefício.

4.4 – Os documentos necessários para o credenciamento poderão **ser autenticados até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes**, mediante apresentação do original para conferência, na CPL, situada na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, no horário de 09:00 às 16:00 horas.

4.5 – Os documentos acima citados deverão ser apresentados fora dos envelopes de habilitação e proposta, e na hipótese de apresentação do Estatuto ou Contrato Social, isenta a presença dos mesmos no envelope de habilitação.



4.6 – O Pregoeiro poderá pedir, a qualquer tempo, a exibição do original dos documentos.

5 – FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO

5.1 - No horário, data e local estabelecidos neste Edital as licitantes proponentes deverão apresentar sua proposta e documentação, em envelopes separados, fechados, colados ou lacrados, rubricados no fecho, contendo além da respectiva razão social e endereços, os seguintes dizeres:

Apresentação do envelope de proposta
ENVELOPE "A"- PROPOSTA DE PREÇOS
LICITAÇÃO N.º ____/CPL/2021
PREGÃO PRESENCIAL
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Apresentação do envelope de documentação:
ENVELOPE "B"- DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
LICITAÇÃO N.º ____/CPL/2021.
PREGÃO PRESENCIAL
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

6 – DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

6.1. A efetiva participação no pregão presencial dar-se-á por meio de entrega da proposta de preços, até o dia e horário previsto no item 1.1.

6.1.1 – Não será recebido nenhum outro envelope, nem será admitida a sua troca após a data e o horário previstos no item 1.1.

6.2 – A Proposta de Preços deverá ser apresentada em envelope fechado, em 02 vias (original e cópia).

6.2.1 – É facultada ao licitante cotar todos, alguns ou somente um dos itens definidos no projeto básico ou termo de referência.

6.3 – A proposta de preços, deverá:

- a) conter indicação do preço unitário e total ofertado;
- b) conter a indicação da marca;
- c) conter preço final do objeto para cada item e o preço unitário ofertado na presente licitação;
- d) estar datilografada/digitada e assinada por seu representante legal, devendo ser aposto o nome do signatário e sua qualidade na empresa;

6.4 - A Proposta de Preços poderá ser apresentada em papel timbrado da licitante com todas especificações desde que esteja igual ao Formulário Oficial de Proposta, devidamente assinada, sob pena de desclassificação e sendo irrelevante qualquer acréscimo.

6.5 - O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances oferecidos durante a sessão pública.

6.6 - Incumbirá ao licitante acompanhar a sessão pública do pregão presencial, ficando responsável por quaisquer prejuízos diante da inobservância de qualquer ato ocorrido no certame.

6.7 - As propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações contidas no ANEXO 7 deste Edital serão desconsideradas.

6.8 - Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

- a) preço unitário em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;
- b) caso os valores da proposta apresentada contenham mais de duas casas decimais, será considerado apenas o valor constante nas duas primeiras casas, desconsiderando-se os demais.
- c) inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como: despesas com custo, transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, frete, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;



- d) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega das propostas;

6.9 – As propostas de preço serão conferidas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio que poderá corrigir erros aritméticos nos cálculos e somatórios, observadas as seguintes condições:

- I – onde houver discrepância entre os valores em algarismos e por extenso prevalecerão os valores por extenso;
- II – onde houver discrepância entre os preços parciais e os valores totais prevalecerão os preços parciais, refazendo-se o somatório;
- III – onde houver discrepância entre unitário e preço multiplicado pela quantidade prevalecerá o preço unitário;
- IV – em se tratando de manifesto erro de digitação, como no caso de equívoco quanto às casas decimais, poderá o mesmo ser corrigido, independentemente dos critérios definidos acima;
- V – em se tratando de omissão de um item de valor irrisório para o total cotado, poderá se considerar o mesmo incluído no preço total sem qualquer acréscimo.

6.10 – Serão desclassificadas, também, as propostas que apresentem uma das seguintes situações:

- I – não estejam devidamente assinadas;
- II – contenham reservas ou condições limitadoras à observância dos termos deste Edital e seus anexos.
- III – contenham omissões em relação a dados exigidos por este edital imprescindíveis para a avaliação da melhor proposta, inclusive para confirmar sua viabilidade;
- IV – apresente preço manifestamente inexecutável ou que, comprovadamente, não puder ser executado pelo preço proposto, o que deverá ser objeto de demonstração objetiva pela Administração Municipal.
- V – possuam preço global ou unitário acima do valor estimado para esta licitação;
- VI – que apresentem preços unitários ou globais simbólicos, irrisórios ou de valor zero incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, conforme previsto no § 3º do artigo 44 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.
- VII – não estejam de acordo com os itens 5.1, 6.3, 6.4.

6.10.1. A correção dos preços nas condições previstas neste Edital poderá ser objeto de objeção pelo proponente, que, ao apresentá-lo, ensejará a desclassificação da proposta.

6.11 – No caso do Pregoeiro considerar o preço unitário como inexecutável, concederá ao respectivo proponente o prazo de 02 (dois) dias úteis para que demonstre a viabilidade do preço proposto mediante documentação comprovando que os custos do item que pretende fornecer são coerentes com os de mercado ou que os coeficientes de produtividade são compatíveis com o fornecimento do objeto contratado.

7 – ABERTURA DA SESSÃO, PROCEDIMENTOS DO PREGÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1 – No dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, comprovando possuir os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

7.2 – Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca;

7.3 – Os envelopes, recebidos em sua totalidade, serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos representantes credenciados das licitantes presentes ao certame;

7.4 – No caso excepcional de a sessão do pregão vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes ainda não abertos, devidamente rubricados em local próprio, ficarão sob guarda do Pregoeiro, e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.



7.5 – Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes legais entregarão o Pregoeiro, a declaração manifestando o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e em envelopes separados, a proposta de preços e a documentação de habilitação;

7.6 – O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará a de menor preço e todas aquelas que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em até **10% (dez por cento)**, àquela de menor preço global.

7.7 – Havendo empate entre duas ou mais propostas comerciais, após observada a preferência disposta no art. 3º, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, será realizado sorteio para definição da ordem de fornecimento dos lances verbais.

7.8 - Quando não forem verificadas, pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no item 7.6, o Pregoeiro classificará as melhores propostas até o máximo de 3 (três), quaisquer que sejam os preços oferecidos;

7.9 – Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes;

7.10 – O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;

7.11 – A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

7.12 – A etapa de lances da sessão pública será encerrada preferencialmente no mesmo dia, sendo facultada o Pregoeiro a prorrogação.

7.12.1 – O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo e de valor dos lances, mediante prévia comunicação aos licitantes e expressa menção na ata da Sessão.

7.12.2 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes qualificados manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.13 – Quando não houver oferta de lances, em caso de empate, o critério de desempate será em primeiro lugar, a preferência disposta no art. 3º, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, em segundo lugar, o de sorteio, realizado em sessão pública, para qual serão convidados todos os licitantes, na forma do previsto no §2º do artigo 45 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

7.14 – As microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas que observem o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, para utilizarem as prerrogativas estabelecidas na Lei Complementar nº 123/2006, que deverão apresentar, fora dos envelopes, declaração (ANEXO 5) de que ostentam essa condição e de que não se enquadram em nenhum dos casos enumerados no § 4º do art. 3º da referida Lei Complementar nº 123/2006.

8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 - Para julgamento do presente Pregão, será adotado como critério de julgamento o **MENOR PREÇO POR GLOBAL**.

8.1.1 – No caso de empate inicial, antes da fase de lances, entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no §2º do art. 3º da Lei Federal nº 8.666 de 1993, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

8.2 – Os licitantes só poderão oferecer lances inferiores aos lances por eles ofertados anteriormente.

8.2.1 – Os lances deverão ser ofertados em referência ao valor global, obedecido o critério de aceitabilidade de preço, constante no subitem 8.15 do edital.



8.3 – Será aceita a oferta de lance em valor superior ou no mesmo valor de lance anteriormente ofertado por outro licitante, sendo que, nesse último caso, prevalecerá, para fins de classificação, aquele oferecido em primeiro lugar.

8.4 – O Pregoeiro, ao término dos lances, procederá à licitante de segundo menor valor, a possibilidade redução do preço anterior ofertado, registrando o segundo menor preço mais vantajoso para Administração Pública, caso a licitante vencedora venha ser desclassificada.

8.5 - Após o fechamento da etapa de lances o Pregoeiro poderá apresentar contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

8.6 – Após a etapa de lances, sendo verificada a ocorrência de empate, será assegurada como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedades cooperativas que observem o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123 de 2006.

8.6.1 – Entende-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedade cooperativa que observem o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada.

8.7 – Para efeito do disposto no subitem 8.6, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

8.7.1 – A microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedade cooperativa que observem o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, melhor classificada, será convocada para, em querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que será o objeto adjudicado em seu favor.

8.7.2 – Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedade cooperativa que observem o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, que se apresente na situação descrita no subitem 8.7.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem no intervalo estabelecido no subitem 8.6.1, na ordem de classificatória, para exercício do mesmo direito;

8.7.3 – No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedade cooperativa que observem o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.6.1 deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

8.7.4 – Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, que se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 45 da Lei Complementar nº 123 de 2006, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda o Edital.

8.8 – Na hipótese de não contratação nos termos previstos no subitem 8.6 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.9 – A condição prevista no subitem 8.6 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou por microempreendedor individual.

8.10 – Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;



8.11 – A desistência dos lances já ofertados sujeitará o licitante às penalidades previstas no item 18.1 do edital.

8.12 – Caso não se realizem lances verbais, será verificada pelo Pregoeiro a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, garantindo ao Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, bem como decidir sobre a sua aceitação.

8.13 - Após análise da proposta e documentação, o Pregoeiro anunciará o licitante vencedor do certame.

8.14 - Na hipótese da proposta ou do lance do vencedor não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço por lote e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

8.15 – O critério de aceitabilidade das propostas de preços pelo Município será o valor total da estimativa orçamentária, sendo desclassificada qualquer proposta de preços acima dos referidos critérios.

8.16 - O licitante que não atender ao disposto no item anterior, em prazo estabelecido pelo Pregoeiro, estará sujeito a desclassificação da proposta.

8.17 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital acerca da habilitação, a licitante será declarada vencedora do pregão e será convocada para subscrever a assinatura do Contrato. Na hipótese de recusa em assinar o referido instrumento, poderá, a critério da Administração, ser aplicada a penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação e de impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízos das multas previstas em edital e das demais cominações legais, conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

9 - HABILITAÇÃO

9.1 – Os documentos do envelope “B” – documentos de habilitação – poderão ser apresentados em original ou em cópias devidamente autenticadas e não a autenticar, na forma do art. 32 da Lei Federal nº 8.666 de 1993 e no art. 6º, §2 do Decreto Municipal nº 4.482/2017.

9.1.1 – Não serão aceitos protocolos como substitutos de quaisquer das documentações exigidos neste Edital;

9.1.2–Nos casos em que a validade de qualquer das certidões apresentadas não estiver expressa no documento, será considerado o prazo máximo de **90 (noventa)** dias contados da data de emissão.

9.1.3 - Se o licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for à filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.1.4 –Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por Tradutor Juramentado e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

9.1.5–Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

9.1.6 - A documentação apresentada destina-se exclusivamente à habilitação da interessada na presente licitação, não implicando em qualquer processo de cadastramento para futuras licitações.

9.2. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

9.2.1 – Habilitação Jurídica

9.2.1.1 Cédula de identidade e Certidão de matrícula no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresa individual;

9.2.1.2 Atos Constitutivos, Estatuto ou Contrato Social, e alterações subsequentes, em vigor e atualizados, devidamente registrados no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhada do documento de identificação dos responsáveis;



- 9.2.1.3 Documentos de eleição dos atuais administradores, em se tratando de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada no item 9.2.1.2 deste subitem;
- 9.2.1.4 Atos Constitutivos devidamente registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedades simples, acompanhando de prova da diretoria em exercício e documento de identificação;
- 9.2.1.5 Ato Constitutivo devidamente registrados no Cartório Competente, em se tratando de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, acompanhado do documento de identificação do responsável;
- 9.2.1.6 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- 9.2.1.7 Caso o respectivo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social não conste a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, a licitante deverá apresentar certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio (art. 3º da LC nº 123/2006 e arts. 1º e 8º da IN 103 do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007) demonstrando a referida condição.

9.2.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista

- 9.2.2.1 Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ).
- 9.2.2.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual/ e/ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo da atividade e compatível com o objeto licitado;
- 9.2.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional do domicílio ou sede do licitante, através da apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Contribuições Sociais e Dívida Ativa da União (ou positiva com efeito de negativa), expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em conjunto com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União. (Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014).
- 9.2.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, através da apresentação de Certidão Negativa do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (ou positiva com efeito de negativa) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou de Não Contribuinte..
- 9.2.2.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante através da apresentação de Certidão Negativa de Regularidade de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), (ou positiva com efeito de negativa) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda e Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente.
- 9.2.2.6 Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal – CEF.
- 9.2.2.7 Prova de regularidade trabalhista através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.
- 9.2.2.8 Para todos os licitantes que possuam inscrição, ainda que eventual, no cadastro imobiliário do Município de Paracambi, as licitantes deverão apresentar a certidão expedida pelo Município de Paracambi e, conjuntamente, a certidão expedida pelo Município de sua sede.
- 9.2.2.9 As licitantes deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição.
- 9.2.2.10 **Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal pelas beneficiadas pela Lei Complementar nº 123/2006 (art. 43, §1º) – Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte e MEI, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento**



em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.2.2.11 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

9.2.2.12 Para as licitantes estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro e no Município do Rio de Janeiro, as Certidões da Dívida Ativa Estadual e Dívida Ativa Municipal deverão ser as expedidas, respectivamente pela Procuradoria Geral do Estado e Procuradoria Geral do Município. Para as empresas não sediadas no Estado do Rio de Janeiro e no Município do Rio de Janeiro, o(s) documento(s) emitido(s) pelas Fazendas Municipal, Estadual ou do Distrito Federal, do domicílio ou sede da licitante deverá(ão) comprovar a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa ou demonstrar de outra forma documental tal situação fiscal, podendo, para tanto, estar(em) acompanhado(s) de legislação específica ou informação oficial do órgão fazendário.

9.2.2.13 O Pregoeiro, sempre quando necessário, efetuará consulta ao site da Receita Federal na internet para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, em observância à Instrução Normativa da SRF nº 200, de 13/09/2002, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos apresentados extraídos pela internet, junto aos sites dos órgãos emissores, para fins de habilitação.

9.2.2.14 As licitantes poderão apresentar “Certificado Cadastral” em substituição aos documentos de habilitação que já constem do cadastro municipal mantido pela CPL da Prefeitura Municipal de Paracambi, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes, nos termos do inciso XIV, art. 4º da Lei Federal nº 10.520/2002.

9.2.3 – Qualificação Econômico-Financeira

9.2.3.1 – Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

ILG ≥ 1,0 obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{ILG} = \frac{\text{AC} + \text{RLP}}{\text{PC} + \text{ELP}}$$

Sendo:

ILG: índice de liquidez geral;

AC = ativo circulante;

PC = passivo circulante;

RLP = realizável a longo prazo,

ELP = exigível a longo prazo.

9.2.3.1.1 - **O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis do último exercício social exigidos no item anterior deverão ser assinados por contabilista habilitado que deverá juntar Certidão de Regularidade Profissional emitida pelo CRC da Regional pertinente e pelo responsável pela licitante.**

9.2.3.1.2 - Na hipótese da licitante apresentar resultado menor que 1 (um) em qualquer um dos índices constante do item 9.2.31, a licitante poderá comprovar ter patrimônio líquido positivo mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor efetivo da proposta vencedora.

9.2.3.1.3 Entenda-se por “apresentados na forma da Lei”.

- a) As demonstrações Contábeis devem estar com Termo de Abertura e de Encerramento devidamente registrados ou arquivados na Junta Comercial do Estado, ou Cartório pertinente, com as respectivas folhas



numeradas, ou seja, cópia fiel do Livro Diário, autenticado. Em se tratando de empresas sujeitas à tributação do imposto de renda com base no lucro real que se enquadra na Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007, deverá apresentar a Escrituração Contábil Digital (ECD) transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital, por meio de Recibo de Entrega de Livro Digital;

- b) As empresas constituídas na forma de Sociedade Anônima poderão apresentar cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União, do Estado, ou Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a empresa, ou em jornal de grande circulação;
- c) As Demonstrações Contábeis devem ser referente a um exercício completo, exceto o Balanço de Abertura que será apresentado por empresa constituídas no exercício em curso;
- d) Até 30 de junho serão aceitas Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado. Após essa data, é obrigatória a apresentação das Demonstrações do último exercício encerrado;
- e) A apresentação das Demonstrações Contábeis é obrigatória para a análise econômico-financeira de todas as empresas, independentemente do porte, classificação ou enquadramento para fins tributários.

9.2.3.2 Certidão “**Nada Consta**” de Falência e Concordata e Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa. Para as empresas sediadas na Cidade do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões expedidas pelos 1º, 2º, 3º e 4º ofícios do Registro de Distribuição. As empresas sediadas em outras Comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar Certidão “**Nada Consta**” de Falência e Concordata de todos os ofícios do Registro de Distribuição de sua jurisdição e declaração passada pelo fórum local ou Juízo distribuidor, indicando quantos cartórios ou ofícios de registros competem àquelas distribuições.

9.2.3.3 As sociedades constituídas a menos de um ano poderão participar da licitação apresentando o balanço de abertura, assinado por contabilista habilitado e pelo representante da sociedade no lugar do documento.

9.2.4 – Qualificação Técnica:

9.2.4.1 – Apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da licitante fornecido por pessoas física ou jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante prestou serviço semelhante ao objeto deste Edital, contendo a identificação do(s) signatário(s) e obrigatoriamente, a caracterização dos serviços prestados e o grau de satisfação.

9.2.4.1.1 **Declaração de Responsabilidade demonstrando ter corpo técnico em refrigeração para execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionados e demais aparelhos de refrigeração.**

9.2.5.1 - Declaração, conforme modelo Anexo 3 deste Edital, consignando que:

- Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo na condições de aprendiz a partir de quatorze anos de idade nos termos da legislação aplicável;
- Não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;
- Não possui nenhum em seu quadro funcionálservidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;



- Garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art.94 da Lei Orgânica Municipal;
- Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal nº. 8.666/93.
- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

10 - IMPUGNAÇÃO E QUESTIONAMENTOS AO ATO CONVOCATÓRIO

10.1 As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, e deverão ser formalizadas por escrito e encaminhadas ao Pregoeiro da Comissão Permanente de Licitação e protocoladas na sala da CPL, situada à Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, não sendo reconhecidas impugnações encaminhadas via fax/e-mail.

10.2. O Pregoeiro deverá receber as impugnações e encaminhá-las diretamente para autoridade superior que se manifestará no prazo 24 (vinte e quatro) horas;

10.2.1. As retificações do edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigam a todos os licitantes, sendo comunicadas aos adquirentes do edital, via fax, telegrama, email ou entrega pessoal, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas. Deferida a impugnação e o questionamento contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame, que será publicada nos mesmos veículos de divulgação originalmente publicados reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

10.2 – Os questionamentos serão disponibilizados a todos os interessados, imediatamente, e serão respondidos pelo Pregoeiro sendo comunicadas aos adquirentes do edital, via fax, telegrama, email ou entrega pessoal.

10.3 – Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos do Edital, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, de acordo com disposto no artigo 41 § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

11 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Após declarado vencedor, caberá recurso nos casos previstos na Lei Federal nº 10.520/02, devendo o licitante **manifestar imediata e motivadamente** sua intenção de interpor recurso, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.

11.1.1. A Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

11.2. Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedida o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso sendo endereçadas ao Pregoeiro, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos conforme o artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/02.

11.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor de acordo com o disposto no artigo 41 § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

11.4. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.



11.5 – O Pregoeiro analisará o recurso para fins de reconsideração, fazendo subir à apreciação da autoridade superior em caso de manutenção da decisão.

11.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, email, correios ou que não tenham sido devidamente protocolados na sala da CPL.

12 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso.

12.1.1 – No caso de haver interposição de recurso, caberá a autoridade competente a adjudicação do objeto.

12.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

13 – DO RECEBIMENTO

13.1 - O objeto será recebido pela efetiva aquisição de material/prestação do serviço, observada a seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização, que deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias contados da entrega do objeto;
- b) definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão de fiscalização após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.

13.2 – Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto do contrato, o fato será comunicado à CONTRATADA, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

13.3 – A fiscalização do cumprimento do objeto, ficará a cargo da Comissão de Fiscalização a ser designada pelo Fundo Municipal de Saúde, através de 3 (três) servidores designados.

14 - PRAZO PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

14.1 – O Prazo para execução contratual será de 12 (doze) meses.

Assinado o contrato, o prazo máximo para o início da execução do objeto será de até 30 (trinta) dias corridos a contar da solicitação do órgão e da emissão da ordem de serviço, conforme estipulado neste edital, sujeito a alterações a depender da necessidade da Administração, nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

14.2 - O prazo de vigência do contrato administrativo somente poderá ser prorrogado nas hipóteses previstas no artigo 57, caput e parágrafos, da Lei Federal nº. 8.666/93.

15 – DO CONTRATO

15.1 – Uma vez adjudicado o objeto e homologada a licitação, o MUNICÍPIO convocará a LICITANTE para assinar o contrato no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, prorrogável, a critério da Administração, por igual período.

15.2 O contrato a ser firmado com o vencedor da licitação terá vigência a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, caso haja interesse da Administração Pública, desde que demonstrada sua vantajosidade..



15.3 – Presume-se a desistência da LICITANTE de celebrar o contrato quando, esgotado o prazo respectivo estipulado para sua celebração, não tenha ocorrido a aposição de assinatura de seus representantes legais no instrumento formal do contrato.

15.4 – Na hipótese de desistência, o Pregoeiro examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda o edital, sendo o respectivo Licitante declarado vencedor.

15.5 – Nas situações previstas no subitem 15.3, o Pregoeiro deverá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

15.6. Não sendo assinado o contrato dentro do prazo de validade da proposta vencedora, está poderá ser prorrogada por até 30 (trinta) dias, se o proponente, consultado pela Administração, assim concordar.

16 – DA GARANTIA

16.1 – A Garantia por Caução estará dispensada para participação deste Pregão .

17 – DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

17.1 – A fiscalização do cumprimento do objeto da presente licitação ficará a cargo das Secretarias solicitantes do presente objeto.

17.2 – Os atos da fiscalização realizados pelo **MUNICÍPIO** não eximirão a empresa a ser **CONTRATADA** de qualquer responsabilidade decorrentes da execução do contrato.

18 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS DEMAIS PENALIDADES

18.1 - A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração, sujeita a **licitante**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso ou pelo atraso na conclusão de qualquer dos prazos estabelecidos, aplicada por dia de atraso;
- c) multa de 5% (cinco por cento) que incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);
- d) multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da CONTRATADA;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “e”, observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520 de 2002.

18.1.1 - A imposição de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do **Secretário(a) Municipal Titular da Pasta ou do Procurador Geral**, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência da **Prefeita Municipal**, segundo art. 51, parágrafo 5º do Decreto Municipal nº 4.482/2017.

a) A penalidade de advertência poderá ser aplicada pela comissão de fiscalização, nos moldes do Decreto Municipal nº 4.482/2017.

18.1.2 – A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação podendo ser reduzido para 72 (setenta e duas) horas em situações urgentes devidamente justificadas ou ampliado para até 15 (quinze) dias quando a complexidade dos fatos assim o justificar.



18.1.3 – Cada uma das sanções previstas nas alíneas “a”, “e”, “f” do subitem 18.1 poderão ser aplicadas juntamente com as constantes na letra “b”, “c”, “d”.

18.1.4 – Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

18.1.5 - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

18.1.6 - A aplicação das sanções previstas no item 18 observará o disposto no Decreto Municipal nº 5.267 de 07 de abril de 2021.

18.1.7 - O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art 7º, da Lei Federal nº 10.520/02 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93 e Sumula nº 6 do TCE/RJ..

19 – RESCISÃO

19.1 - A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.

20 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. Os recursos financeiros correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

ORIGEM DOS RECURSOS: DIVERSOS (POR SECRETARIA)

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00.00.00

PROGRAMA DE TRABALHO: DIVERSOS (POR SECRETARIA)

21 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

21.1 – O **MUNICÍPIO** fará o pagamento referente prestação do serviço, por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **CONTRATADA** e aceita pelo Município.

22.2 – Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente a execução do objeto contratual.

21.3 – Não serão considerados efetivamente contemplado por qualquer entrega do objeto contratual os itens que esteja em desacordo com as descrições contidas neste Edital e no Termo de Referência, sujeitando a contratada à obrigação de reparar, corrigir ou substituir a prestação respectiva em caráter imediato.

21.4 – O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio observado o disposto no Decreto Municipal nº 4.481/2017.

21.5 – O prazo de pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período do adimplemento da obrigação, devendo a **CONTRATADA** promover a entrada do pedido de pagamento, obedecidos o disposto no art. 40, XIV, “a” da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

21.6 – Caso se faça necessária à representação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

21.7 – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuíveis à **CONTRATADA**, serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, observado o limite máximo de 2% ao mês, a título de multa, e juros de 1% ao mês, a serem calculados sobre a parcela devida. Os pagamentos realizados pelo **MUNICÍPIO** em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

21.8 – Caso o atraso de pagamento ultrapasse um ano, o valor será corrigido pelo IPCA.



22 – DA CONTAGEM DOS PRAZOS

22.1 – Na contagem dos prazos estabelecidos do edital, nos termos do art. 110, da Lei Federal nº 8.666/93, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

22.2 – Só se vencem os prazos referidos neste item em dia de expediente no órgão.

23 – ESTIMATIVA DE PREÇO

23.1 – O preço total para a execução do objeto desta Licitação foi **estimado** pela Administração Municipal em **R\$ 987.047,52 (NOVECIENTOS E OITENTA E SETE MIL, QUARENTA E SETE REAIS E CINQUENTA E DOIS CENTAVOS)**, conforme especificações do Termo de Referência;

23.2 – Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irremediáveis pelo período de 12 (doze) meses a contar da data base utilizada para formulação da proposta. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer com periodicidade anual e deverão utilizar o índice do IPCA.

23.2.1 – O advento do novo instrumento de negociação coletiva (acordo, convenção ou sentença normativa) que importe em aumento comprovado dos custos da mão de obra empregada na consecução do objeto licitado poderá ensejar a concessão de reequilíbrio da cláusula econômica do contrato administrativo, mediante expresse requerimento do contratado e após ultrapassados, no mínimo, 12 meses de vigência do acordo, convenção ou sentença normativa elencado pelo licitante em sua proposta.

23.2.2 – Em caso de renovação fundada no art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, caberá ao contratado ressaltar expressamente o direito ao reajuste e ao reequilíbrio como condição para renovação, sob pena de preclusão.

23.2.3 – O requerimento de reequilíbrio deverá ser instruído com demonstração analítica da alteração dos custos, por meio da apresentação das planilhas de composição de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa da categoria que fundamenta o reequilíbrio.

23.3 – A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

24 – PREÇOS MÁXIMOS ACEITÁVEIS

24.1 – Serão aceitos como preços máximos a serem praticados, os preços apresentados na Estimativa Orçamentária, sendo desclassificados os itens cujos preços apresentados estejam acima destes valores.

25– DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ou aqueles relacionados aos documentos de habilitação, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.1.1 - É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase de licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deverá constar originalmente da proposta.

25.2. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas nos artigos 81 a 88, da Lei Federal nº 8.666/93 e das previstas ainda na Lei Federal nº 10.520 de 2002.

25.3. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, Servidores da CPL, situada Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, tel.: (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103.

25.4 – Nos casos em que houver necessidade de autenticação dos documentos por servidor lotado na CPL, descritos no item 9.2 poderão ser feitas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas antes da entrega dos envelopes.



25.5 – Na contagem dos prazos estabelecidos no procedimento licitatório, serão observados no art. 110 e seu parágrafo da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

25.6 – A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 49 da Lei Federal nº 8.666 de 1993, assegurado o direito de prévia defesa sobre os motivos apresentados para prática do ato de revogação ou anulação.

25.7 – As quantidades mencionadas na proposta ofertada referem-se a previsão de consumo, as quais não implicam em obrigatoriedade de contratação de tais volumes de fornecimento pela Administração durante a vigência do Contrato, servindo apenas como referencial para a elaboração da proposta dos licitantes.

25.8 – A Pregoeira fará consulta ao site do TCU na Sessão do Certame Licitatório para emissão da Certidão de Regularidade Consolidada quanto a idoneidade de Pessoa Jurídica -

25.9 - O Pregoeiro manterá em seu poder, até a formalização do contrato/ata de registro com o Adjudicatário, os envelopes de habilitação fechados dos licitantes que não tiveram seus documentos analisados. Após e desde que não haja recurso administrativo pendente, ação judicial em curso ou qualquer outro fato impeditivo, os licitantes deverão ser notificados a retirar os envelopes de habilitação, no prazo de 60 dias. Se houver recusa expressa ou tácita do interessado, o pregoeiro estará autorizado a inutilizá-los.

26–INTEGRAM ESTE EDITAL OS SEGUINTES DOCUMENTOS:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Minuta de Contrato
Anexo 7	-	Termo de Referência

Depto. de Licitações e Contratos



ANEXO 1

FORMULÁRIO OFICIAL DE PROPOSTA

Processo n.º 4345/2020

Licitação n.º ____/CPL/2021

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO, PARA MANUTENÇÃO DOS APARELHOS DE AR CONDICIONADO E DEMAIS APARELHOS DE REFRIGERAÇÃO, ATENDENDO AS NECESSIDADES E DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PARACAMBI, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO 7 parte integrante deste Edital.

EMPRESA:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

BANCO/AGÊNCIA:

CONTA BANCÁRIA N.º:

E-MAIL:

ITEM	ITEM	MÊS	QUANT	MENOR VALOR (R\$) UNITÁRIO	MENOR VALOR (R\$) MENSAL	TOTAL VALOR (R\$) ANUAL (12 MESES)
1	302516 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO MODELO SPLIT, INCLUINDO SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS E PEÇAS. CONFORME LISTAGEM EM ANEXO	12	247			
2	302515 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO MODELO JANELA, INCLUINDO SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS E PEÇAS. CONFORME LISTAGEM EM ANEXO	12	116			
3	302517 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE GELADEIRA, INCLUINDO SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS E PEÇAS. CONFORME LISTAGEM EM ANEXO	12	107			
4	302518 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DE BEBEDOURO, INCLUINDO SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS E PEÇAS. CONFORME LISTAGEM EM ANEXO	12	91			
5	302519 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DE FREEZER, INCLUINDO SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS E PEÇAS. CONFORME LISTAGEM EM ANEXO	12	57			



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Superintendência Compras, Licitações e Contratos

Processo: 4345/2020
Rubrica: _____ Folhas: _____

6	302520 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DE FRIGOBAR, INCLUINDO SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS E PEÇAS. CONFORME LISTAGEM EM ANEXO	12	11			
7	302521 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DE PURIFICADOR DE ÁGUA, INCLUINDO SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS E PEÇAS. CONFORME LISTAGEM EM ANEXO	12	8			
4	302522 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DE MÁQUINA DE GELO, INCLUINDO SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS E PEÇAS. CONFORME LISTAGEM EM ANEXO	12	1			

PREÇO TOTAL DO CONTRATO DE R\$ _____ (_____)

PRAZO DE ENTREGA: APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO, CONFORME SOLICITADO PELA SECRETARIA.

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS

DATA:

Carimbo de CNPJ

Assinatura do Representante legal da Empresa devidamente identificado



FORMULÁRIO ANEXO 1.1
ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	ITEM	MÊS	QUANT	MENOR VALOR (R\$) UNITÁRIO	MENOR VALOR (R\$) MENSAL	TOTAL VALOR (R\$) ANUAL (12 MESES)
1	302516 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONANDO MODELO SPLIT, INCLUINDO SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS E PEÇAS. CONFORME LISTAGEM EM ANEXO	12	247	R\$ 140,00	R\$ 34.580,000	R\$ 414.960,00
2	302515 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONANDO MODELO JANELA, INCLUINDO SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS E PEÇAS. CONFORME LISTAGEM EM ANEXO	12	116	R\$ 140,00	R\$ 16.240,000	R\$ 194.880,00
3	302517 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE GELADEIRA, INCLUINDO SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS E PEÇAS. CONFORME LISTAGEM EM ANEXO	12	107	R\$ 106,72	R\$ 11.419,0400 0	R\$ 137.028,48
4	302518 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DE BEBEDOURO, INCLUINDO SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS E PEÇAS. CONFORME LISTAGEM EM ANEXO	12	91	R\$ 116,00	R\$ 10.556,000	R\$ 126.672,00
5	302519 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DE FREEZER, INCLUINDO SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS E PEÇAS. CONFORME LISTAGEM EM ANEXO	12	57	R\$ 125,00	R\$ 7.125,000	R\$ 85.500,00
6	302520 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DE FRIGOBAR, INCLUINDO SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS E PEÇAS. CONFORME LISTAGEM EM ANEXO	12	11	R\$ 106,72	R\$ 1.173,92000	R\$ 14.087,04
7	302521 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DE PURIFICADOR DE ÁGUA, INCLUINDO SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS E PEÇAS. CONFORME LISTAGEM EM ANEXO	12	8	R\$ 130,00	R\$ 1.040,000	R\$ 12.480,00
4	302522 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DE MÁQUINA DE GELO, INCLUINDO SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS E PEÇAS. CONFORME LISTAGEM EM ANEXO	12	1	R\$ 120,00	R\$ 120,000	R\$ 1.440,00
					R\$ 82.253,96	R\$ 987.047,52

VALOR TOTAL R\$ 987.047,52 (NOVECENTOS E OITENTA E SETE MIL, QUARENTA E SETE REAIS E CINQUENTA E DOIS CENTAVOS).

--



ANEXO 2

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A (nome da empresa), CNPJ nº _____, sediada a Rua _____, DECLARA para os devidos fins que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, referente à licitação na modalidade Pregão Presencial nº 009/CPL/2019.

Por ser verdade, subscrevo-me.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 3

MODELO DE DECLARAÇÃO

Razão Social:

Prezados Senhores,

Em atenção ao Pregão Presencial nº 009/CPL/2019 nossa empresa declara que:

- Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo na condições de aprendiz a partir de quatorze anos de idade nos termos da legislação aplicável;
- Não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;
- Não possui nenhum em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- Garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art.94 da Lei Orgânica Municipal;
- Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal nº. 8.666/93.
- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 4

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

À
Comissão Permanente de Licitação

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/CPL/2021

Prezados Senhores,

Credenciamos o/a Sr (a), nacionalidade, cédula de identidade nº, emitido pelo, para, em nome da(nome da empresa)....., participar do Pregão Presencial sob referência, podendo, para tanto, juntar e apresentar documentos, apresentar propostas, assinar atos e termos, requerer e deliberar, apresentar recursos, renunciar a direitos, inclusive recursos, e tudo o mais que se fizer necessário, de acordo com o Edital.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 5

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006.

PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/CPL/2021

Prezados Senhores,

_____, com sede na _____, inscrita no CNPJ nº _____, vem, por intermédio do representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de Identidade n _____ e do CPF/MF n _____, DECLARAR, sob as penas da Lei, que é _____ (MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE ou MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL), que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME/EPP/MEI e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após abertura da Sessão, antes e separadamente dos invólucros (Proposta de Preço e Documentos de Habilitação) exigidos nesta licitação.

Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.



ANEXO 6 MINUTA DE CONTRATO

MINUTA – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO, PARA MANUTENÇÃO DOS APARELHOS DE AR CONDICIONADO E DEMAIS APARELHOS DE REFRIGERAÇÃO, ATENDENDO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PARACAMBI, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

O **MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 29138278/0001-01, com sede na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro, Paracambi – RJ, neste representado pelo Ilmo. Senhor Secretário Municipal de carteira de identidade nº _____ e CPF/MF nº _____, doravante denominado apenas **MUNICÍPIO**, e a

_____ inscrita no CNPJ nº _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por _____, portador da identidade nº _____, órgão expedidor _____, CPF: _____, residente na _____ celebram o presente CONTRATO Nº _____, conforme processo administrativo nº **4345/2020**, que se regerá por toda legislação aplicada à espécie, especialmente as normas contidas na Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações; nos Decretos Municipais nºs 4.481/2017 e 5.267/2021, observando, ainda, as seguintes cláusulas e condições:

ÍNDICE

CLAUSULA	TITULO
1º	DO OBJETO
2º	DO PRAZO
3º	DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO
4º	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
5º	DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL
6º	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
7º	DA EXECUÇÃO
8º	DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL
9º	DA RESPONSABILIDADE
10º	DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
11º	DA GARANTIA
12º	DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
13º	DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO
14º	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES
15º	DO RECURSO AO JUDICIÁRIO
16º	DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA E SUBCONTRATAÇÃO
17º	DA RESCISÃO
18º	DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO
19º	DA CONTAGEM DOS PRAZOS
20º	DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS
21º	DO FORO DE ELEIÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO, PARA MANUTENÇÃO DOS APARELHOS DE AR CONDICIONADO E DEMAIS APARELHOS DE REFRIGERAÇÃO, ATENDENDO AS NECESSIDADES E DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PARACAMBI, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO 7** parte integrante deste Edital, conforme especificado no seguinte quadro:



ITEM	ITEM	MÊS	QUANT	MENOR PREÇO (R\$) UNITÁRIO	MENOR VALOR (R\$) MENSAL	TOTAL VALOR (R\$) ANUAL (12 MESES)
1	302516 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONANDO MODELO SPLIT, INCLUINDO SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS E PEÇAS. CONFORME LISTAGEM EM ANEXO	12	247			
2	302515 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONANDO MODELO JANELA, INCLUINDO SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS E PEÇAS. CONFORME LISTAGEM EM ANEXO	12	116			
3	302517 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE GELADEIRA, INCLUINDO SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS E PEÇAS. CONFORME LISTAGEM EM ANEXO	12	107			
4	302518 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DE BEBEDOURO, INCLUINDO SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS E PEÇAS. CONFORME LISTAGEM EM ANEXO	12	91			
5	302519 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DE FREEZER, INCLUINDO SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS E PEÇAS. CONFORME LISTAGEM EM ANEXO	12	57			
6	302520 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DE FRIGOBAR, INCLUINDO SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS E PEÇAS. CONFORME LISTAGEM EM ANEXO	12	11			
7	302521 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DE PURIFICADOR DE ÁGUA, INCLUINDO SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS E PEÇAS. CONFORME LISTAGEM EM ANEXO	12	8			
4	302522 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DE MÁQUINA DE GELO, INCLUINDO SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS E PEÇAS. CONFORME LISTAGEM EM ANEXO	12	1			

Parágrafo primeiro. Os serviços contratados serão executados na forma especificada do Termo de Referência.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA**, de acordo com o contido no Processo Administrativo nº 4345/2020 obriga-se a prestação dos serviços descritos no quadro acima, nas condições estipuladas neste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

O Prazo para execução contratual será de 12 (doze) meses.

Assinado o contrato, o prazo máximo para o início da execução do objeto será de até 30 (trinta) dias corridos a contar da solicitação do órgão e da emissão da ordem de serviço, sujeito a alterações a depender da necessidade da Administração, nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.



Parágrafo único. O prazo de vigência poderá ser prorrogado apenas nas condições previstas no artigo 57 e §§ da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Constituem obrigações do **MUNICÍPIO**:

- a) Rejeitar no todo ou em parte os serviços, objeto do contrato que não atenda aos requisitos constantes das especificações técnicas usuais ou que atentem contra a segurança dos usuários ou a terceiros.
- b) Proporcionar à Contratada as condições indispensáveis à execução do objeto da contratação.
- c) Efetuar o pagamento à Contratada, desde que os serviços executados estejam de acordo com o estabelecido no presente Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além das obrigações previstas no Termo de Referência:

- a) prestar os serviços integrantes do objeto do contrato de acordo com as especificações e obrigações contidas no presente Contrato e no Termo de Referência;
- b) observar rigorosamente os prazos para execução do objeto;
- c) prestar, sem quaisquer ônus para o **MUNICÍPIO**, as correções e revisões de falhas ou defeitos verificados na execução contratual;
- d) acatar as instruções emanadas da fiscalização;
- e) atender prontamente aos encargos decorrentes das Leis Trabalhistas e da Previdência Social, assim como encargos fiscais e trabalhistas nos termos do Art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93;
- f) a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.**
- g) atender a todas as obrigações decorrentes do presente instrumento contratual.
- h) promover, por sua conta, a cobertura através de seguros dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na entrega do objeto deste edital.
- i) acatar as obrigações constantes do edital e seus anexos.
- j) A contratada aceitará supressão do objeto além do limite previsto no §1º do art. 65 da Lei 8.666/93, na forma do §2º, II do citado artigo, o que acarretará em resilição parcial ou total do objeto, na forma do art. 78, XIII, conforme autoriza o art. 58, I, ambos da Lei 8.666/93, caso o Município opte por adquirir frota própria ao longo da execução do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL

Dá-se a este contrato o valor total estimado de R\$ ____ (_____) sendo este valor passível de alteração pela ocorrência de eventos supervenientes que alterem o equilíbrio econômico-financeiro, nos moldes do art. 65 §§ da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo único. Consideram-se incluídos no preço oprevisto no *caput* desta cláusula todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, encargos sociais e financeiros e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto contratual.



CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

ORIGEM DOS RECURSOS: DIVERSOS (POR SECRETARIA)

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00.00.00

PROGRAMA DE TRABALHO: DIVERSOS (POR SECRETARIA)

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO

O Contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo primeiro. A execução do objeto contratual observará o descrito no **Termo de Referência**, podendo ser acrescido, revisto e alterado mediante justificada necessidade e aprovação, considerados o estudo de viabilidade econômica, a dotação orçamentária, condições operacionais, assegurados o equilíbrio econômico-financeiro e os limites legais aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros designados pelo **MUNICÍPIO**, à qual compete:

- a) fazer cumprir a especificação do objeto e demais condições constantes deste contrato;
- b) notificar a **CONTRATADA** acerca da prática de infrações que ensejem a aplicação das penas previstas na cláusula décima quarta;
- c) suspender a execução do serviço julgado inadequado;
- d) sustar o pagamento das faturas no caso de inobservância pela **CONTRATADA** de qualquer obrigação prevista neste contrato;
- e) exigir a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA**, cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina ou ao interesse público, sem que essa decisão acarrete qualquer ônus ao **MUNICÍPIO**.
- f) Analisar a prestação de contas parcial e final do contrato.

Parágrafo primeiro. Cabe recurso das determinações previstas no caput desta cláusula, a qualquer tempo durante a vigência deste contrato, exceto no caso da aplicação de penas, para as quais se observará o prazo previsto na cláusula décima quarta.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** facilitará, por todos os meios ao seu alcance, a ampla fiscalização do **MUNICÍPIO**, promovendo o fácil acesso às dependências da **CONTRATADA**, podendo lhe ser exigido o fornecimento de veículo necessário à diligência da fiscalização.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** atenderá prontamente às observações e exigências que lhes forem apresentadas pela fiscalização.



Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo quinto. A instituição e a atuação da fiscalização do **MUNICÍPIO** não excluem ou atenuam a responsabilidade da **CONTRATADA** nem a exime de manter fiscalização própria.

Parágrafo sexto. Os membros da comissão de fiscalização, sob pena de responsabilização administrativa, anotarão em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

Parágrafo sétimo. Quaisquer entendimentos entre a fiscalização e a **CONTRATADA**, desde que não infrinjam nenhuma cláusula contratual, serão feitos por escrito, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações da **CONTRATADA** com fundamento em ordens ou declarações verbais.

Parágrafo oitavo. O objeto do contrato será recebido após a devida conclusão, observada a seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do contrato, que deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias contados da entrega do objeto;
- b) definitivamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do contrato, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.

Parágrafo nono. Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto contratual, o fato será comunicado à **CONTRATADA**, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, mesmo durante o último período de recebimento definitivo, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

Parágrafo décimo. A Contratada deverá se reportar as descrições e características do **Termo de Referência** para compor o Objeto contratado, bem como suas responsabilidades.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE

Os serviços que compõem o objeto do presente contrato serão executados sob a direção e responsabilidade técnica da **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **MUNICÍPIO**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos devidos à **CONTRATADA**.



CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O **MUNICÍPIO** fará o pagamento das parcelas referentes à prestação dos serviços por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **CONTRATADA** e aceita pelo **MUNICÍPIO**.

Parágrafo primeiro. Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente aos serviços efetivamente prestados.

Parágrafo segundo. Em caso de desconformidade na execução do serviço, o **MUNICÍPIO** não efetuará o pagamento ou pagará apenas o valor correspondente aos serviços satisfatoriamente executados no período, efetivamente apurados.

Parágrafo terceiro. Não serão considerados prestados quaisquer serviços executados em desacordo com as especificações contidas neste contrato, no edital e no projeto básico, sujeitando a **CONTRATADA** à obrigação de reparar, corrigir ou substituir a prestação respectiva em caráter imediato.

Parágrafo quarto. Não serão considerados quaisquer serviços executados que não estejam discriminados no Projeto Básico.

Parágrafo quinto. O prazo para pagamento é até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento da obrigação, nos termos do art. 40, XIV, a da Lei Federal nº 8.666/93, desde que o respectivo pedido seja apresentado isento de erros e na repartição competente.

Parágrafo sexto. Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva representação.

Parágrafo sétimo. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuíveis à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA e serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

Parágrafo oitavo. Os pagamentos realizados pelo **MUNICÍPIO** em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

Parágrafo nono. No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao **MUNICÍPIO**, será devido o pagamento de multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor da parcela devida, caso inexistir justificativa adequada para a ocorrência do atraso;

Parágrafo décimo. O pagamento será procedido nos termos do Decreto Municipal nº 4.481/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA

Não será aplicada garantia por Caução para este contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O contrato poderá ser modificado pelo **MUNICÍPIO**, sendo mantidas suas demais cláusulas, na forma prevista no artigo 58, inciso I e seus §§ 1º e 2º e/ou no artigo 65 e seus respectivos parágrafos, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, mediante a assinatura de Termo Aditivo.



Parágrafo primeiro. O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65 e §§ da Lei Federal nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade de opor perante o Município a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

Parágrafo único - A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução do serviço, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia, sobre o valor correspondente ao valor da parcela em atraso;
- c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se o limite de 20% (vinte por cento);
- d) multa de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato em caso de rescisão contratual por culpa da **CONTRATADA**;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- f) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Parágrafo primeiro –A aplicação de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do órgão gerenciador, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência da **Prefeita Municipal**, segundo art. 51, parágrafo 5º do Decreto Municipal nº 4.482/2017.

Parágrafo segundo –A imposição das demais penalidades é de competência exclusiva do PREFEITO, a teor do disposto no Decreto Municipal nº 4.482/2017, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo terceiro - A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação podendo ser reduzido para 72 (setenta e duas) horas em situações urgentes devidamente justificadas ou ampliado para até 15 (quinze) dias quando a complexidade dos fatos assim o justificar.



Parágrafo quarto – As sanções previstas nas alíneas a, e, f do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as sanções previstas nas alíneas b, c, d, facultada a defesa na forma prevista no Parágrafo Quarto.

Parágrafo quinto – Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido o desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até a completa quitação.

Parágrafo sexto – A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo sétimo – O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/02 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente, caso sejam superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face do **MUNICÍPIO**.

Parágrafo único - Caso o **MUNICÍPIO** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do **MUNICÍPIO** e devidamente especificado no Projeto Básico, sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado.

Parágrafo primeiro. O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do **MUNICÍPIO**, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições ou ainda por interesse público superveniente, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo primeiro - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.



Parágrafo segundo -A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação no órgão oficial de divulgação do Município de Paracambi.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo previsto na legislação pertinente, no veículo de publicação oficial do Município, correndo os encargos por conta do **MUNICÍPIO**.

Parágrafo primeiro – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

Parágrafo segundo. O município encaminhará cópia deste contrato ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, após assinatura das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses a contar da data base utilizada para formulação da proposta. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer, mediante expresso requerimento do contratado, com periodicidade anual e deverão utilizar o índice do IPCA.

Parágrafo primeiro -O advento do novo instrumento de negociação coletiva (acordo, convenção ou sentença normativa) que importe em aumento comprovado dos custos da mão de obra empregada na consecução do objeto licitado poderá ensejar a concessão de reequilíbrio da cláusula econômica do contrato administrativo, mediante expresso requerimento do contratado e após ultrapassados, no mínimo, 12 meses de vigência do acordo, convenção ou sentença normativa elencado pelo licitante em sua proposta.

Parágrafo segundo – Em caso de renovação fundada no art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, caberá ao contratado ressaltar expressamente o direito ao reajuste e ao reequilíbrio como condição para renovação, sob pena de preclusão.

Parágrafo terceiro – O requerimento de reequilíbrio deverá ser instruído com demonstração analítica da alteração dos custos, por meio da apresentação das planilhas de composição de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa da categoria que fundamenta o reequilíbrio.

Parágrafo quarto – A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo quinto - A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA CONTAGEM DOS PRAZOS

Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, conforme art. 110 e parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO VINCULO CONTRATUAL



Este contrato foi objeto da licitação - Edital nº _____/20____ - Processo nº _____/20____, que deu origem ao Termo de Referência bem como seus Anexos de acordo com o art. 22 da lei 8666/93 .

Paragrafo único. O **MUNICÍPIO** encaminhará cópia deste contrato ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, após assinatura das partes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520, de 2002, no Decreto Municipal nº 4481/2017, 5.267/2021, na Lei Complementar nº 123, de 2006, e na Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade de Paracambi, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Paracambi, de de 2021.

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA

Testemunhas

1 _____

2 _____



ANEXO 7

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo serviços de instalação, com o fornecimento de todas as ferramentas e trocas de peças, equipamentos de manutenção e segurança necessários para os equipamentos de refrigeração (aparelhos de ar condicionado, geladeiras, freezers, maquina de gelo e bebedouros) pertencentes as Secretarias Municipais de Paracambi, descritos neste Termo de Referência.

JUSTIFICATIVA DO PEDIDO

A presente contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de ar condicionado, em caráter continuado, é necessária para garantir o perfeito funcionamento dos equipamentos e a qualidade do ar no interior dos ambientes climatizados das Secretarias Municipais de Paracambi.

Entende-se que a eventual interrupção no funcionamento dos equipamentos de refrigeração pode causar danos à continuidade das atividades da administração, uma vez que nas suas instalações as Secretarias utilizam várias tecnologias (sistemas, máquinas e equipamentos) que apresentam elevada complexidade e que necessitam de constante manutenção preventiva. À medida que as mesmas são desenvolvidas rotinas preventivas de manutenção no parque tecnológico, bem como calibrações periódicas em determinados equipamentos, reduzindo-se a probabilidade de incidentes.

Considerando que despesas serão economizadas à medida em que se consegue aumentar a disponibilidade de equipamentos e reduzir, conseqüentemente, o tempo de paralisação

Considerando também que a CONTRATANTE não dispõe em seu quadro funcional de pessoal específico para execução rotineira dos serviços descritos, justifica-se a contratação da prestação dos serviços visando à execução das atividades contínuas e eventuais, prezando ainda pela economicidade dos investimentos, uma vez que consegue-se aumentar a disponibilidade de equipamentos reduzindo o tempo de paralisação, bem como a segurança e conforto de pacientes e funcionários, dos sistemas e das tecnologias.

A aquisição do objeto deste Termo de Referência está embasada na Lei Federal nº. 8.666/93, observadas as Leis Federais nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123 de 14 dezembro de 2006, os Decretos Municipais 4.482/2017 e nº 4.481/2017. Bem como a Lei Complementar nº 1.347 de 12 de dezembro de 2018 da Prefeitura Municipal de Paracambi.

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

As especificações e quantitativos estarão contidas no Anexo I- Planilha de Equipamentos.

VISTORIA

Para o correto dimensionamento e elaboração de proposta, bem como em razão da especificidade dos serviços, aliado à dimensão dos postos de saúde e as diversas tecnologias, o licitante deverá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, visando o exato conhecimento das



demandas, condições e peculiaridades inerente a prestação do serviço objeto da contratação, sendo a visita realizada em companhia de servidor designado para esse fim.

A motivação desta concessão ampara-se também nos seguintes fundamentos:

- a) Reconhecimento das instalações físicas que serão disponibilizadas ao licitante vencedor para sua ocupação e desempenho das atividades;
- b) Possibilidade de verificação das condições de instalação dos equipamentos (aterramento elétrico, umidade relativa, temperatura, proteção radiológica, entre outros);
- c) Verificação do estado de conservação dos equipamentos, suas funcionalidades e operacionalidades, para elaboração de planejamento de manutenção preventiva e execução da manutenção corretiva, além do dimensionamento de sua equipe;
- d) A visita técnica deverá ser agendada com 24 h de antecedência pelo telefone (21) 2683-9133 — Secretaria Municipal de Administração, iniciando-se no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até a data limite que será fixada no instrumento convocatório;
- e) Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das presentes especificações não poderão constituir pretexto para a CONTRATADA cobrar "serviços extras" e/ou alterar a composição de preços unitários. Considerar-se-á, inapelavelmente, a CONTRATADA como altamente especializada nos serviços em questão e, por conseguinte, ter computado, no valor global da sua proposta, todos os custos diretos e indiretos, de serviços, embalagens, transporte e instrumentos de medição necessários à perfeita e completa consecução do objeto. No que se refere à aplicação de peças, materiais e componentes, será pago o que efetivamente for aplicado.
- f) Durante a visita técnica deverão ser dirimidas todas as dúvidas quanto à interpretação das especificações técnicas, não cabendo qualquer alegação ou dúvida posterior quanto à execução do objeto.
- g) Para a vistoria, o licitante ou o seu representante deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DEFINIÇÕES DOS APARELHOS DE AR CONDIONADOS SPLIT, DE JANELA, BEBEDOUROS, REFRIGERADORES, MAQUINA DE GELO E FREEZERS

MANUTENÇÃO PREVENTIVA

Todo serviço de manutenção preventiva, realizado através das atividades a seguir descritas, deverá seguir as orientações do P.M.O.0 (Plano de Manutenção, Operação e Controle) a ser elaborado pela Contratada, devendo conter, no mínimo: identificação do ambiente e da contratante, identificação da contratada e do responsável técnico pela manutenção, relação dos ambientes climatizados e o plano de manutenção e controle, com a discriminação de todas as atividades a serem realizadas em cada visita técnica.

A Contratada deverá efetuar visitas técnicas mensalmente, semestralmente e anualmente para a realização da manutenção preventiva. O P.M.O.0 deverá ser preenchido ao final de cada visita, e será o relatório para a entrega dos serviços. O mesmo deverá ser assinado pelo técnico da Contratada que efetuar a visita e realizar as atividades nele descritas, pelo responsável técnico da Contratada e pela fiscalização da Contratante, sendo entregue juntamente com a Nota Fiscal/Fatura.



Os serviços deverão ser executados em todos os equipamentos tipo Split, Janela, refrigeradores, maquina de gelo, freezers e Bebedouros, descritos em todos os endereços constantes no Anexo deste Projeto Básico.

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA

MENSALMENTE:

- a) Realizar inspeção geral na instalação do equipamento;
- b) Verificar a instalação elétrica, desde o disjuntor de proteção;
- c) Lavar e secar os filtros de ar;
- d) Verificar obstrução de sujeira e afetas amassadas;
- e) Efetuar a limpeza no afetado do evaporador e condensador;
- f) Efetuar a limpeza no sistema de drenagem;
- g) Efetuar a limpeza das hélices ou turbina;
- h) Efetuar a limpeza nos gabinetes;
- i) Verificar folgas nos eixos dos motores ou ratas;
- j) Verificar a fixação e o balanceamento da hélice ou turbina;
- k) Medir e registrar as pressões de alta e de baixa (psi);
- I)** Verificar a existência de vazamento no circuito de gás refrigerante ou necessidade de recarregamento do mesmo;
- rn)** Verificar o isolamento térmico do gabinete e tubulações;
Certificar-se de que todas as vedações e proteções dos equipamentos estejam devidamente fixadas.
- o) verificação da vedação das portas de fechamento;
- p) verificação do estado de conservação do isolamento térmico;

SEMESTRALMENTE:

Executar todas as atividades descritas na manutenção mensal, mais:

- a) Efetuar os apertos em todos os terminais elétricos, para evitar maus contatos;
- b) Verificar a lubrificação dos mancais e rolamentos, e lubrificar quando necessário;
- c) Verificar o funcionamento dos termostatos, pressostatos, umidostatos, sensores eletrônicos e protetores térmicos;
- d) Verificar o funcionamento da válvula de reversão;
- e) Substituir os filtros de ar.

ANUALMENTE:

Executar todas as atividades descritas na manutenção semestral, mais:

- a) Desmontagem e limpeza geral com lava-jato dos exaustores, evaporadores e condensadores, quando necessário;
- b) Lubrificar mancais e rolamentos

MANUTENÇÃO CORRETIVA



Sempre que constatado algum defeito, seja durante a visita técnica preventiva bimestral ou quando aberto um chamado por parte da Contratante, e que o mesmo não possa ser corrigido através das atividades descritas nesse projeto básico, havendo a necessidade de substituição de alguma peça ou componente, a manutenção será caracterizada como CORRETIVA.

Sempre que a própria Contratante constatar que algum equipamento não esteja funcionando corretamente, a mesma abrirá chamado técnico, através de e-mail ou telefone, para que seja feita uma avaliação pela Contratada.

A Contratada deverá atender, no prazo máximo de 4 (quatro) horas a todo chamado emergencial feito em dia útil, no horário, compreendido entre 08 h e 16 h, e em 24 (vinte e quatro) horas aos demais chamados.

Assim que constatada a necessidade de intervenção corretiva, A CONTRATADA deverá emitir uma ORDEM DE SERVIÇO, especificando o trabalho a ser executado e caso seja necessário a indicação das peças a serem substituídas sob ressarcimento. Imediatamente, a fiscalização deverá ser comunicada.

As intervenções corretivas deverão ser registradas no RELATÓRIO MENSAL DE MANUTENÇÃO CORRETIVA. Este relatório deverá ser cumulativo (conterá o histórico de cada equipamento) e deverá conter a identificação dos equipamentos, as devidas peças substituídas, e as respectivas datas.

Somente após aprovação desta ORDEM DE SERVIÇO, o serviço deverá ser realizado.

Qualquer necessidade de substituição de peças ou componentes do sistema deverá ser realizada com materiais novos, de primeiro uso.

A CONTRATADA terá que fornecer um laudo técnico quando constatar que o equipamento, por razões diversas, não puder ser recuperado.

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA

Os serviços realizados que impliquem em ônus extra para a CONTRATANTE, e que **não tenham sido autorizados por meio de O.S., serão desconsiderados para fins de pagamento.**

A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais e mão de obra necessários aos serviços, com execução das peças que compõem a Relação de Peças sob Ressarcimento que dependerá sempre de autorização prévia da CONTRATANTE.

A contratada será responsável pelo gerenciamento e assessoria a todos os Equipamentos listados neste Projeto Básico.

Os serviços contínuos ou eventuais, somente serão considerados executados mediante a aprovação, pela Fiscalização.

A execução dos serviços relativos a cada O.S. poderão ser acompanhadas por funcionário pertencente ao setor em que o serviço esteja sendo realizado.



O recebimento e a aceitação dos serviços que compõem cada Ordem de Serviço dar-se-ão pelo setor solicitante do serviço e/ou pela fiscalização e/ou pelo ordenador de despesas.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;
- b) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- d) Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- e) Apresentar à Contratante, quando do início das atividades, e sempre que houver alocação de novo empregado na execução do contrato, relação nominal constando nome, endereço residencial e telefone dos empregados colocados à disposição da Administração, bem como as respectivas Carteiras de Trabalho e Previdência Social — CTPS, devidamente preenchidas e assinadas, para fins de conferência;
- f) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, disponibilizando todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários;
- g) Manter responsável no local onde será executado o serviço, para orientar, coordenar, acompanhar, supervisionar e dar ordens ao contingente alocado e resolver quaisquer questões pertinentes à execução do serviço, para correção de situações adversas e para o atendimento das reclamações e solicitações da Fiscalização;
- h) Substituir, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, em caso de eventual ausência, tais como, faltas, férias e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;
- 1) Substituir, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sempre que exigido pela CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios, salvo nas hipóteses em que houver manifestação da Secretaria de Educação e da Secretaria de Saúde;
- j) Manter os seus empregados, quando em serviço nas dependências da CONTRATANTE, usando uniforme e crachá de identificação, sendo que os uniformes deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado;



- k) Responder por danos, avarias e desaparecimento de bens materiais, causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por seus prepostos ou empregados, em atividade nas dependências da CONTRATANTE, desde que fique comprovada a responsabilidade, nos termos do Artigo 70, da Lei Federal nº 8.666/93;
- l) Executar os serviços de forma a produzir o máximo de resultados, com o mínimo de transtorno para a CONTRATANTE, devendo, para tanto programar a sua execução em conjunto com a Fiscalização.
- m) Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir todas as normas de segurança e prevenção de acidentes no desempenho de cada etapa dos serviços;
- n) Manter vínculo empregatício com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes. A inadimplência da CONTRATADA para com estes encargos não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;
- o) Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE;
- p) Dar ciência à Fiscalização, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do serviço;
- q) Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos que forem por ela solicitados, cujas reclamações obriga-se a atender prontamente;
- r) Assumir total responsabilidade pelo controle de frequência, disciplina e pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, inclusive as decorrentes de acidentes, indenizações, multas, seguros, pagamentos a fornecedores diretos, normas de saúde pública e regulamentadoras do trabalho (NRs), assim como pelo cumprimento de todas as demais obrigações atinentes ao contrato;
- s) Assumir todas as despesas e ônus relativos ao pessoal, os adicionais previstos em Lei, convenção coletiva ou dissídios coletivos da categoria profissional, bem como quaisquer outros oriundos, derivados ou conexos com este contrato, ficando ainda, para todos os efeitos legais, declarado pela CONTRATADA, a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e a CONTRATANTE;
- t) Agir com total diligência em eventuais reclamações trabalhistas promovidas por empregados seus que estejam ou, em algum momento, estiveram envolvidos na prestação de serviço aqui contratado, comparecendo em todas as audiências designadas, apresentando as necessárias contestações e recursos cabíveis, ainda que extinta a relação contratual com a CONTRATANTE;
- u) Assumir todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho do serviço ou em conexão com eles, que tenha relacionamento ao contrato com a CONTRATANTE;
- v) Cumprir, além das normas de segurança constantes destas especificações, todas as outras disposições legais, federais e distritais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais inaceitáveis na execução dos serviços;
- w) Não vincular sob hipótese alguma, o pagamento dos salários de seus empregados ao pagamento das faturas mensais efetuado pela CONTRATANTE;
- x) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias nos serviços, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

Para o cumprimento do objeto do presente contrato, a CONTRATANTE obrigar-se-á, exercer a fiscalização do contrato, na forma prevista na Lei nº 8.666/93.

Fornecer à CONTRATADA, os elementos básicos e instruções complementares suficientes e necessárias à sua execução;

Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estipulado;

DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do contrato será exercida por três representantes da contratante, devidamente designados pela Secretaria Municipal Requisitante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e exercer em toda sua plenitude a ação fiscalizadora que trata a Lei Nº 8.666/93.

- a) fazer cumprir a especificação do objeto e demais condições do edital;
- b) notificar a **CONTRATADA** acerca da prática de infrações que ensejem a aplicação das penas previstas nas sanções administrativas;
- c) suspender a execução e, conforme o caso, determinar a devolução do fornecimento considerado inadequado;
- d) sustar o pagamento das faturas no caso de inobservância pela **CONTRATADA** de qualquer obrigação prevista neste edital;
- e) exigir a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA**, cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina ou ao interesse público, sem que essa decisão acarrete qualquer ônus ao **MUNICÍPIO**.

Cabe recurso das determinações previstas no caput desta cláusula, exceto no caso da aplicação de penas, para as quais se observará o prazo previsto nas sanções administrativas.

A **CONTRATADA** facilitará, por todos os meios ao seu alcance, a ampla fiscalização do **MUNICÍPIO**, promovendo o fácil acesso às dependências da **CONTRATADA**, podendo lhe ser exigido o fornecimento de veículo necessário à diligência da fiscalização.

A **CONTRATADA** atenderá prontamente às observações e exigências que lhes forem apresentadas pela fiscalização.

A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

A instituição e a atuação da fiscalização do **MUNICÍPIO** não excluem ou atenuam a responsabilidade da **CONTRATADA** nem a exime de manter fiscalização própria.

Os membros da comissão prevista no caput desta cláusula, sob pena de responsabilização administrativa, anotarão em registro próprio as ocorrências relativas à execução da entrega do objeto, determinando o que for



necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

Quaisquer entendimentos entre a fiscalização e a **CONTRATADA**, desde que não infrinjam nenhuma cláusula do edital, serão feitos por escrito, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações da **CONTRATADA** com fundamento em ordens ou declarações verbais.

O objeto do edital será recebido após a devida conclusão do serviço, observada a seguinte forma:

- a) PROVISORIAMENTE, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do contrato, que deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias contados da entrega do objeto;
- b) DEFINITIVAMENTE, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do contrato, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações oriundas do contrato.

Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto contratual, o fato será comunicado à **CONTRATADA**, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, mesmo durante o último período de recebimento definitivo, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Na hipótese de a **CONTRATADA** inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às seguintes sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993:

6.1.1. Advertência;

6.1.2. Multa de 10% sobre o valor do contrato pela inexecução parcial ou total do objeto contratado;

A **CONTRATANTE** poderá, ainda, cancelar a Nota de Empenho sem prejuízo das penalidades previstas nos subitens anteriores e de outras previstas em lei, ou rescindir unilateralmente o contrato, em caso de inexecução parcial ou total do objeto contratado.

Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados à **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa.

DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato que decorrer desta licitação será de 12 meses, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, na forma do artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93, a contar de sua assinatura.

DA RESERVA ORÇAMENTARIA

As reservas orçamentárias serão realizadas de acordo com a indicação dos recursos estabelecidos neste Termo de Referência.

DA FONTE DE RECURSOS

9.1. Os recursos orçamentários para atender as despesas a serem contratadas estão assegurados no orçamento vigente no exercício de 2021.

Secretaria	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Origem de Recursos	Cód. Reduzido
Administração	10.01.04.122.0006.2024	3.3.90.39.17.00.00.00	84	70



Educação	12.01.12.361.0029.2033	3.3.90.39.17.00.00.00	04/84	684/685
Assis. Social	18.01.08.122.0006.2067 18.01.08.243.0044.2085	3.3.90.39.17.00.00.00	44 / 6	756 / 762
Finanças	11.01.04.123.0006.2026	3.3.90.39.17.00.00.00	84	578
Meio Ambiente	16.01.18.122.0006.2052	3.3.90.39.17.00.00.00	100	516
Gab. Prefeita	01.01.04.122.0006.2009	3.3.90.39.17.00.00.00	84	05
Controladoria	07.01.04.124.0006.2017	3.3.90.39.17.00.00.00	84	41
Governo	05.01.04.122.0006.2012	3.3.90.39.17.00.00.00	84	29
Obras	14.01.04.122.0006.2046	3.3.90.39.17.00.00.00	100	227
Cultura e Tur.	02.01.13.392.0026.1112	3.3.90.39.17.00.00.00	100	594
Saúde	21.01.10.302.0015.2105 21.01.10.301.0015.2191	3.3.90.39.05.00.00.00	266 / 0266 0136	2359/369/2360/ 2351/313/2352
Tttrabalho Emprego e Renda	30.01.04.122.0006.2263	3.3.90.39.05.00.00.00	84	140

OBSERVAÇÕES	
Prazo da realização dos serviços	3 (três) dias após a retirada da Ordem de Serviço.
Local de Realização do Serviço	Na local descrito na Ordem de Serviço de cada Secretaria Requisitante.

O preço não poderá ser revisado nem reajustado.

DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado de acordo com as Ordens de serviços devidamente prestadas, sendo encaminhado o pedido de pagamento através de nota fiscal emitida pela contratada, que necessariamente será confirmada e atestada por 03 (três) servidores, conforme determina a legislação municipal.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Os procedimentos e dúvidas suscitadas terão como diretriz o Edital e seus anexos e o disposto na Lei 8.666/93.

Paracambi, 09 de março de 2021.

Flávio Campos Ferreira
Secretário Municipal de Governo

Nilza Maria Izolani e Oliveira
Secretária Municipal de Administração

Mariano Carvalho Almeida
Secretário Municipal de Educação e Esporte

Jorge Luiz Teixeira Cavalcante



Secretário Municipal de Assistência Social

Carlos Guttenberg Chaves Victorino
Secretário Municipal de Finanças

]

Zulmira Helena Fernandes Xavier Izolani
Secretária Municipal de Meio Ambiente

Carlos Guttenberg Chaves Victorino
Secretário Municipal de Finanças

Cleiton Dutra da Silva
Chefe de Gabinete

Romero Agra Nascimento
Controlador Geral Municipal

Horacio Camilo Banchero Filho
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Rodrigo Barbieri
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

Diego Xavier de Almeida
Secretário Municipal de Saúde

Ronaldo José Candido da Silva
Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego e Renda



ANEXO I – PLANILHA DE EQUIPAMENTOS

SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO E ESPORTES		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
1	302516 - Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ar condicionado modelo Split, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	72
2	302515 - Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ar condicionado modelo Janela, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	25
3	302517 - Manutenção preventiva e corretiva de geladeiras, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	35
4	302518 - Manutenção preventiva e corretiva de bebedouros, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	49
5	302519 - Manutenção preventiva e corretiva de freezer, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	47
6	302521 - Manutenção preventiva e corretiva de purificador de água, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	2
7	302522 - Manutenção preventiva e corretiva de máquina de gelo, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	1

SEC. MUN. DE GOVERNO		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
1	302516 - Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ar condicionado modelo Split, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	2

GAB. DA PREFEITA		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
1	302516 - Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ar condicionado modelo Split, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	6
2	302515 - Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ar condicionado modelo Janela, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	2
3	302517 - Manutenção preventiva e corretiva de geladeiras, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	2
4	302518 - Manutenção preventiva e corretiva de bebedouros, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	3

SEC. MUN. DE FINANÇAS



ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
1	302516 - Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ar condicionado modelo Split, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	5
2	302515 - Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ar condicionado modelo Janela, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	10
3	302517 - Manutenção preventiva e corretiva de geladeiras, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	2
4	302518 - Manutenção preventiva e corretiva de bebedouros, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	3
5	302520 - Manutenção preventiva e corretiva de frigobar, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	2

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
1	302516 - Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ar condicionado modelo Split, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	4
2	302515 - Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ar condicionado modelo Janela, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	5
3	302517 - Manutenção preventiva e corretiva de geladeiras, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	1
4	302518 - Manutenção preventiva e corretiva de bebedouros, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	1

CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
1	302516 - Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ar condicionado modelo Split, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	2
2	302517 - Manutenção preventiva e corretiva de geladeiras, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	1
4	302518 - Manutenção preventiva e corretiva de bebedouros, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	1

SEC. MUN. DE CULTURA		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
1	302516 - Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ar condicionado modelo Split, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	1
2	302515 - Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ar condicionado modelo Janela, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	4
3	302517 - Manutenção preventiva e corretiva de geladeiras, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	1



4	302518 - Manutenção preventiva e corretiva de bebedouros, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	1
5	302519 - Manutenção preventiva e corretiva de freezer, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	1

SEC. MUN. DE MEIO AMBIENTE		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
1	302516 - Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ar condicionado modelo Split, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	5
2	302517 - Manutenção preventiva e corretiva de geladeiras, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	1
3	302519 - Manutenção preventiva e corretiva de freezer, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	1

SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
1	302516 - Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ar condicionado modelo Split, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	7
2	302515 - Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ar condicionado modelo Janela, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	8
3	302517 - Manutenção preventiva e corretiva de geladeiras, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	8
4	302518 - Manutenção preventiva e corretiva de bebedouros, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	5
5	302519 - Manutenção preventiva e corretiva de freezer, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	1

SEC. MUN. DE SAÚDE		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
1	302516 - Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ar condicionado modelo Split, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	142
2	302515 - Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ar condicionado modelo Janela, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	59
3	302517 - Manutenção preventiva e corretiva de geladeiras, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	54
4	302518 - Manutenção preventiva e corretiva de bebedouros, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	26
5	302519 - Manutenção preventiva e corretiva de freezer, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	7
6	302520 - Manutenção preventiva e corretiva de frigobar, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	9



7	302521 - Manutenção preventiva e corretiva de purificador de água, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	6
---	--	---

SEC. MUN. DE OBRAS		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
1	302515 - Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ar condicionado modelo Janela, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	1
2	302517 - Manutenção preventiva e corretiva de geladeiras, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	1

SEC. MUN. DE TRABALHO E EMPREGO E RENDA		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
1	302518 - Manutenção preventiva e corretiva de bebedouros, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	2
2	302517 - Manutenção preventiva e corretiva de geladeiras, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	1
3	302515 - Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ar condicionado modelo Janela, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	2
4	302516 - Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ar condicionado modelo Split, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	1

ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS TOTAIS:

TOTAL		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
1	302516 - Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ar condicionado modelo Split, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	247
2	302515 - Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ar condicionado modelo Janela, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	116
3	302517 - Manutenção preventiva e corretiva de geladeiras, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	107
4	302518 - Manutenção preventiva e corretiva de bebedouros, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	91
5	302519 - Manutenção preventiva e corretiva de freezer, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	57
6	302520 - Manutenção preventiva e corretiva de frigobar, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	11
7	302521 - Manutenção preventiva e corretiva de purificador de água, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	8
8	302522 - Manutenção preventiva e corretiva de máquina de gelo, incluindo serviços de instalação com fornecimento de ferramentas e peças. Conforme Listagem em anexo.	1

